



NEOLIBERALISMO, EMPRESA MODERNA E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

*Luís Alberto Basso**

É inerente à ordem capitalista atual ter mercados em constante expansão com produção e consumos ilimitados, além de utilização de inovações tecnológicas. Isto ocorre tanto nos países de capitalismo avançado, ou centrais, como nos de capitalismo tardio, ou periféricos. O segmento desta lógica cumulativa, que visa principalmente o lucro e a maximização de excedentes, trouxe uma série de problemas de ordem social e ambiental às sociedades.

A onda neoliberal que se expande pelo mundo corresponde basicamente aos princípios básicos do capitalismo: livre iniciativa, livre concorrência, individualismo etc., que geram um mundo de desigualdades nas oportunidades. As elites brasileiras consideram esta nova forma de organização como indiscutivelmente superior a outros modelos, já que proporcionaria uma melhor distribuição de renda e minimizaria as desigualdades sociais. As condições de trabalho e a qualidade de vida do povo seriam melhores em função do aperfeiçoamento técnico e das novas tecnologias.

No entanto, o resultado deste processo foi exatamente o contrário: concentração de renda, aumento das desigualdades sociais e do desemprego, entre outros.

O custo social deste projeto é altíssimo. Enquanto nos países centrais as matrizes das grandes corporações transnacionais se preocupam em qualificar os seus funcionários, nos países periféricos esta atitude ainda é incipiente. Como discutir temas como "controle na qualidade de produção" se no Brasil, segundo dados da ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) os trabalhadores perdem cerca de 300 mil dedos em acidentes de trabalho? Será que o empresariado brasileiro ao analisar questões atuais como o aumento da produtividade e a competitividade dentro do processo atual de desenvolvimento considera o operário como agente prioritário do processo de trabalho? Pelo visto, a resposta ainda é negativa.

* Professor no Mestrado em Desenvolvimento Regional - UNISC
Doutor em Geografia - Espanha

Com relação à integração de novas áreas ao modo de produção dominante, deve destacar-se que está associada à valorização do espaço, que é a valorização do capital.

Hoje, no Brasil, se observa que a artificialização dos espaços comandados pelo capital, de acordo com os seus próprios interesses e objetivos, prioriza os espaços de produção em detrimento dos de vivência. Isso leva a uma degradação dos recursos naturais.

A tendência das grandes empresas é investir na produção do espaço. Desse modo, as empresas localizam-se onde as condições de seu funcionamento e lucro se otimizam, impondo-se sobre o espaço e dominando-o. Nesse sentido, o território é a base necessária para os processos de reprodução do capital.

Dentro deste contexto, o Estado oferece o território à apropriação e cria as condições para as tomadas de decisão dos agentes atuantes, sendo ele próprio um agente.

Para exemplificar a situação, podemos recorrer à discussão atual sobre o local onde vai instalar-se uma indústria automobilística no Brasil. As unidades da Federação, através dos respectivos governos estaduais, estão travando uma verdadeira "batalha fiscal", oferecendo uma série de vantagens fiscais com o intuito de atrair tal indústria para dentro de seus limites territoriais.

Aqui cabe fazer referência às instâncias locais do espaço, no caso, os municípios. Estes não opõem resistência ao capital, pois as vantagens econômicas oferecidas pela empresa ultrapassam aspectos como a degradação ambiental e a participação da comunidade e do saber local na formulação e na execução das estratégias a serem utilizadas.

Nos países periféricos, são as classes menos favorecidas aquelas que mais sofrem com a degradação ambiental. São os agricultores que estão diariamente em contato com produtos tóxicos, são operários que vivem ao redor de polígonos industriais, são os trabalhadores da mineração que enfrentam doenças pulmonares, etc.

A utilização de tecnologias adequadas importadas dos países centrais, geralmente, mais causam prejuízos que benefícios ao meio ambiente, muitas vezes aumentando a dependência do Exterior. O efeito disso é o aumento da pobreza, o êxodo rural, o movimento sem-terra, etc.

Todos estes problemas sócio-ambientais são decorrentes da lógica e das

contradições inerentes ao projeto de desenvolvimento capitalista nacional. Para solucionar pelo menos algumas destas questões, cabe resgatar a definição de ordenação do território, que é a "expressão espacial de políticas econômicas, sociais, culturais e ecológicas, que visam reduzir as diferenças regionais mediante melhor distribuição das atividades produtivas e de proteção ambiental".

Podemos tornar esta ordenação territorial "competitiva" e "democrática" se levarmos em conta que a articulação política é produto da negociação e do poder políticos dos diferentes setores sociais envolvidos, e não apenas das instituições estatais. E que, se este processo de ordenação não priorizar em sua análise os segmentos sociais mais marginalizados da sociedade, e não incluí-los como sujeitos de seu processo de desenvolvimento, seus resultados servirão somente para reforçar as desigualdades sociais existentes, acentuando o modelo de desenvolvimento concentrador da renda para um segmento muito seletivo e restrito da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, B. Geografia e Gestão do Território no Limiar do Século XXI: uma representação a partir do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 53 (3): 169-182, Jul/Set. 1991.
- DATTANI, A.D. *Brasil Anos 90. Qual Modernidade*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre - SINPRO - RS. s.d.
- CORNELY, S.A. Introdução à Ecologia Social. *Veritas*. Porto Alegre, 37 (148): 663-671. dez. 1992.
- LEITE, C.M.C. Uma análise sobre o processo de organização do território: o caso do zoneamento ecológico-econômico. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, 53 (3): 67-90, Jul/Set. 1991.